INSTITUTO NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.

Auxílios de Estado

O que vai aprender nesta formação?

- Conhecer o quadro normativo (direito primário e direito secundário) geral e setorial que regula os auxílios de Estado
- Compreender os fundamentos subjacentes a este regime e a sua articulação com outras áreas do Direito da União
- Compreender a noção e as tipologias de auxílio de Estado a partir dos seus elementos constituintes
- Identificar a existência de medidas que configurem um auxílio de Estado (proibido) tendo por base o enquadramento normativo relevante e sua interpretação e aplicação pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia
- Conhecer o procedimento administrativo aplicável à apreciação da existência e compatibilidade de um auxílio de Estado
- Conhecer o processo (contencioso) de reapreciação de um auxílio de Estado;
- Conhecer as consequências legais decorrentes da adoção de um auxílio de Estado ilegal, em especial a obrigação de recuperação do auxílio.

Destinatários

- Dirigentes em cargos de direção superior
- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Trabalhadores da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadores da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadores da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadores de carreiras especiais

Como está organizado o programa?

I. Introdução

1. • Evolução e justificação do regime dos auxílios de Estado
2. • Articulação do regime dos auxílios de Estado com outras áreas do Direito da União Europeia
3. • Enquadramento normativo dos auxílios de Estado:

a) Direito primário

b) Direito secundário (geral e setorial)

II. Dimensão substantiva

3.1 A qualificação de uma medida como auxílio de Estado: análise dos elementos constitutivos e da sua interpretação pela jurisprudência

3.2 A compatibilidade de um auxílio de Estado com o Direito da União

III. Dimensão adjetiva

3.2.1 Procedimento administrativo

3.2.2 Contencioso dos auxílios de Estado

3.2.3 Efeitos de um auxílio de Estado ilegal

IV. Conclusão

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- Orientação para o Serviço Público
- Negociação e Influência
- Tomada de Decisão
- Análise Crítica e Resolução de Problemas

Qual o valor da propina?

60€

Como será realizada a avaliação?

Requisitos gerais de acesso

Inscrição

Existem pré-requisitos para a inscrição na ação?

Quais as regras associadas ao financiamento PRR?

Qual o valor do desconto?

Qual o enquadramento desta formação?

Este curso tem coordenação académica?

Formadores

Lúcio Tomé Feteira

Professor Associado e Coordenador do Mestrado em Direito. Área de especialização em Direito Público.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1994-1999), tem o diploma de estudos de pós-graduação em Direito das Empresas (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – 2003-2004) e em Direito da Concorrência e Regulação (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – 2005-2006). É Master of Research e doutorado (Ph.D.) em Direito pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença (2006-2012). Fez um pós-doutoramento em ciências jurídico-económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013-2015).

É advogado na sociedade Luís Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Associados – SP, R.L.

Área de Formação: **Interesse e Serviço Público**

Área Temática: **União Europeia**

Duração: **6 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

Visitar página do Curso

Ficheiro descarregado a: 14/12/2025